A RELAÇÃO DO AUTISMO COM O MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BREVES COMENTÁRIOS

Natália Lorençoni Lima, Fábio Ferreira Morong

Universidade do Oeste Paulista, UNOESTE, curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: nathlorenconi@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma breve análise sobre o transtorno do espectro autista, tratado também pela Lei Federal nº12.764/12, que estabelece a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, bem como realizar considerações sobre as influências do meio ambiente e da educação ambiental, empregando a equoterapia como breve ilustração, em relação à integração e inclusão dos indivíduos autistas, dando enfoque aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, onde faz-se a possível inserção da deficiência em um quadro de vulnerabilidades abordadas nestes mesmos objetivos. O método aplicado foi o dedutivo legal, baseado na interpretação da legislação, doutrinas artigos relacionados ao tema. Conclui-se que o meio ambiente e a educação ambiental exercem grande influência na inclusão do autista, proporcionando-lhe sinais de autonomia e evolução no tratamento, podendo também ser considerado vulnerável e possuir maior amparo inclusive nos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.

Palavras-chave: autismo, educação ambiental, meio ambiente, vulnerabilidades, objetivos de desenvolvimento sustentável.

THE RELATIONSHIP BETWEEN AUTISM AND THE ENVIRONMENT: BRIEF COMMENTS

ABSTRACT

The present study aims to present a brief analysis of autism spectrum disorder, also addressed by Federal Law No. 1264/12, which establishes the National Policy for the Protection of Autistic Spectrum Disorder, as well as to make considerations about the influences The environment and environmental education in relation to the integration and inclusion of autistic individuals, focusing on the 17 UN Sustainable Development Goals (ODS), where the possible insertion of disability into a framework of vulnerabilities addressed in these same objectives. The method applied was the legal deductive, based on the interpretation of legislation, doctrines articles related to the topic. It is concluded that the environment and environmental education exert a great influence on the inclusion of the autistic, providing them with signs of autonomy and evolution in the treatment, being also considered vulnerable and possessing greater support even in the objectives of sustainable development of the UN

Keywords: autism, environmental education, environment, vulnerabilities, sustainable development goals.

INTRODUÇÃO

Quando algum indivíduo deixa penetrar por sua mente a palavra autismo, logo estabelece, mesmo que involuntariamente, suas próprias definições para a palavra. Prontamente, imagina-se uma criança quase que aleatória às outras, isolada, com um perfil devidamente pré-estabelecido.

A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada, diante do nosso ordenamento jurídico, pessoa com deficiência. É um transtorno global do desenvolvimento infantil, pois acomete crianças até três anos de idade perpetuando-se ao longo da vida.

Um indivíduo que desenvolve a síndrome percebe e vive o mundo ao seu redor de maneira distinta das demais, o que gera a necessidade de integração, proteção e tratamento. Diante disso, o objetivo desse estudo é revelar e consolidar a relação do meio ambiente e da educação ambiental na proteção e instrumentos que auxiliam na integração do indivíduo autista, empregando a equoterapia como breve ilustração. Até que ponto então, seria cabível falar-se em meio ambiente, quando também falamos sobre o autismo? Portanto, visa também demonstrar as relações estabelecidas entre o meio ambiente, a Educação Ambiental de forma inclusiva e a criança autista, como forma de integração em seu meio social.

METODOLOGIA

O presente trabalho empregou pesquisas à legislação nacional e doutrinas relevantes na matéria objeto de estudo. Utilizando o método dedutivo para sistematizar os dados coletados, a fim de cumprir o objetivo proposto.

ESPECTRO AUTISTA: NOÇÕES GERAIS

O símbolo para classificação do autismo surgiu com Michael Rutter (1979) ao estabelecer quatro critérios para definição da doença com base na deficiência intelectual, observados atrasos e desvios, problemas ao se comunicar concatenados à deficiência intelectual, comportamentos incomuns e marco inicial antes dos trinta meses de idade da criança.

De acordo com o último Manual de Saúde Mental (2014), o transtorno autista, transtorno degenerativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não especificado e a Síndrome de Asperger, consubstanciaram-se em um único diagnóstico denominado Transtornos do Espectro Autista (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Nas palavras do médico oncologista, escritor e cientista brasileiro, doutor Dráuzio Varella (2014):

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

Também chamado de Desordens do Espectro Autista (DEA ou ASD em inglês), recebe o nome de espectro (spectrum), porque envolve situações e apresentações muito diferentes umas das outras, numa gradação que vai da mais leve à mais grave. Todas, porém, em menor ou maior grau estão relacionadas, com as dificuldades de comunicação e relacionamento social.

Destarte, se faz importante destacar os vários graus da doença, desde mais leves à graus mais elevados, porém, todas se tornam relacionadas a dificuldades de comunicação e relação com o meio social em que vivem.

DA LEI 12.764/12 QUE ESTABELECE A POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional De Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, vigora com o intuito de garantir e preservar direitos da pessoa autista. Tais direitos encontram-se dispostos no artigo 3º da referida lei.

São eles: I-A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II-A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III-O acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.

Estabelece ainda que a pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, bem como não terá privada sua liberdade e convívio familiar nem sofrerá discriminação por sua deficiência.

Por sua vez, a lei federal ainda se refere à educação em seu artigo 7º, no sentido de que “o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos”.

Denota-se que o presente instrumento legal surge como uma importante ferramenta para auxiliar a proteção dos direitos do autista bem como auxiliar no progresso de sua inclusão social, merecendo, pois, atenção especial em sua aplicação efetiva por parte dos órgãos públicos e privados, sob os olhos de toda sociedade.

O MEIO AMBIENTE COMO INSTRUMENTO QUE AUXILIA NA INTEGRAÇÃO E TRATAMENTO DO INDIVÍDUO AUTISTA

A Constituição Federal de 1988 elenca em seu artigo 225 questões inerentes ao meio ambiente, declarando de forma ampla o direito que todos têm ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como o dever de defesa e prevenção do mesmo que é essencial à sadia qualidade de vida. Ainda, como disposto em seu inciso VI, pertence ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os seus graus de ensino (CF. artigo 225, parágrafo 1, Inciso VI, 1988).

A Educação Ambiental, que também tem amparo na lei 9.795/99, atualmente pode ser entendida como um tema transversal que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, é compreendido como um conjunto de conhecimentos que envolvem Meio Ambiente, Ética, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1997).

Assim, o objetivo deste estudo se mostra justificado ao tratar da Educação Ambiental e Inclusiva como instrumento auxiliar na integração da criança autista. Isto posto, a Educação Ambiental e Inclusiva integra o estudante ao aprendizado de Ciências Naturais, onde se torna propício a experimentação do ambiente natural (ALMEIDA; MONTEIRO, 2014).

A criança autista é um indivíduo estimulado pela visão, além de ser igualmente estimulado por todos os outros sentidos, e pelo contato visual, estabelecido entre ele e os elementos da natureza, bem como a vivência e o aprendizado das sensações, que serão futuramente encaixados e adaptados formando o alicerce do estudante, onde ali encontrará sua autonomia e sustentação para reconhecimento próprio, percebendo um mundo organizado, ambiente propício à qualidade de vida e cidadania (MESIBOV, 2004).

Faz-se importante ressaltar o papel do Currículo Funcional, adotado pelo Distrito Federal e definido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal na Resolução nº 01/2012, onde demonstra ser um instrumento educacional que visa a integração de estudantes que necessitam métodos educacionais especiais, e objetiva desenvolver habilidades básicas que proporcionem autonomia em determinadas ações do dia a dia (CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2014).

Portanto, interligar a Educação Ambiental e Inclusiva e a funcionalidade do currículo remete ao desenvolvimento do currículo educacional comum de maneira menos teórica, atentando-se à individualidade da criança, de modo que esta educação baseada em princípios ambientais seja suporte para um posterior convívio com a educação e currículo comum.

Denota-se ainda que, o meio ambiente por meio de sua fauna, também se mostrou eficaz quando relacionado ao tratamento do autismo, a exemplo da equoterapia, que utiliza cavalos como procedimento no tratamento de crianças especiais, principalmente as diagnosticadas com transtorno do espectro autista (TEA) onde, muitas vezes, a terapia com cavalos apresentou-se como o próprio agente terapêutico transformador, não agindo somente como um simples animal (NAVARRO, 2016).

A equoterapia mostra resultados positivos em relação ao autocuidado, tais como as práticas de higiene e práticas alimentares estimuladas pelos terapeutas ocupacionais e pelos cavalos, pois os pacientes alimentam, escovam e participam do banho desses animais (BENDER; GUARANY, 2016). Também é enfatizada a importância da estimulação de habilidades motoras, como correr, pular e caminhar nos indivíduos autistas, buscando a qualidade de vida desses, que pode ser proporcionada pelo cavalo, tendo este o papel de facilitador durante a execução das atividades, porém, a criança utiliza as potencialidades do animal como o próprio estimulador dos componentes motores (BENDER; GUARANY, 2016).

A equoterapia favorece e estimula a autoconfiança da criança autista, bem como a socialização, apresenta progresso na comunicação e uma melhor percepção do mundo externo, o que é essencial e, a partir daí, encorajar a independência do paciente ao manter-se sobre o cavalo (FREIRE, 2004). Portanto, o meio ambiente se mostra intimamente ligado ao tratamento e a interação da criança autista, de modo que a terapia com cavalos se apresenta como um conjunto de técnicas de reeducação afim de superar danos sensoriais e motores através de uma atividade que tem por meio um animal (CONGRESSO NACIONAL DE EQUOTERAPIA, 1999).

O AUTISMO COMO VULNERABILIDADE E OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em agosto de 2015 foram concluídas as negociações da Agenda 2030, ou Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015. Referidas negociações alcançaram nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cuja efetuação ocorre dentre o ano de 2016 a 2030. Isto posto, os 17 Objetivos visam buscar e garantir o equilíbrio entre as pessoas e o planeta, bem como a prosperidade e paz, e 169 metas correspondentes (MORONG; ALVES, 2017).

Dentre os 17 ODS, o foco deste estudo concentra-se no objetivo de número 3 o qual se propõe a *“Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”*. Isto posto, permite concluir que grande parte das elaborações dispostas dentro do objetivo supracitado voltam-se de maneira quase exclusiva a prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, epidemias como tuberculose e malária e, de igual forma, reduzir o número de doenças e mortes causadas por produtos químicos e contaminações advindas da água, ar e solo. Contudo, não aborda de maneira direta transtornos neurológicos, a exemplo do autismo (Nações Unidas Brasil - ONU, 2015).

Nesta linha de pensamento, é inevitável considerar o autismo dentre as propostas no objetivo número 3, mesmo que este, bem como as doenças mentais, não estejam claramente

elencados, uma vez que, considerando incidência crescente e mundialmente reconhecida (Nações Unidas Brasil – ONU, 2016), a criança autista tem direito de gozar de políticas que objetivam melhorar o diagnóstico e tratamento, e ainda, garantir uma melhor qualidade de vida e vida saudável, faz-se necessário observá-la como vulnerabilidade, tornando-se esta, uma proposta dentre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Ban Ki-moon, então presidente do organismo da ONU em 2016, afirmou que os Estados-membros já evidenciaram a importância de colocar as deficiências no núcleo da agenda global de desenvolvimento, onde afirma que “ao adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em setembro de 2015, a Assembleia Geral prometeu que ninguém seria deixado para trás”. Ban Ki-moon ainda acrescentou que “construindo sociedades inclusivas e comunidades acessíveis, onde as pessoas com autismo e outras deficiências possam prosperar, gozar das mesmas oportunidades e serem, assim, empoderadas”. (Nações Unidas Brasil – ONU, 2016)

Portanto, pode-se vincular o autismo, bem como outras deficiências neurológicas às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a fim de objetivando alcançar possíveis diagnósticos e tratamentos advindos de elaborações propostas nos referidos objetivos.

CONCLUSÃO

Atualmente, o autismo é considerado um transtorno mental ainda sem cura. Porém, o que se faz presente no dia a dia de uma criança autista são os mais diversos tratamentos e as especulações para uma causa específica e verdadeira. Isto posto, a pessoa com transtorno do espectro autista se encontra respaldada pela lei federal 12.764/12, que assegura direitos ao indivíduo autista, que para o ordenamento jurídico brasileiro é considerada pessoa com deficiência.

Por outro lado, é possível fazer a correlação entre o meio ambiente por meio da interação e também medidas educativas como fator de influência na integração da criança autista, sendo importante ressaltar que a Educação Ambiental, cujas diretrizes se encontram na Lei nº 9795/99 e na Constituição Federal, exerce papel importante na sinalização e autonomia da criança.

É certo que a Educação Ambiental exerce grande influência na inclusão do autista afim de sinalizá-la, demonstrar autonomia e encaminhá-la através de um currículo educacional moldado de forma individualizada ao currículo educacional comum, visto que tanto a educação como o meio ambiente, considerando principalmente a equoterapia utilizada no tratamento, exercem grande influência sobre o indivíduo autista. Destarte, é certo que a equoterapia exerce um importante fator de influência no auxílio ao tratamento da criança autista, de forma a estimular sua capacidade motora e independência.

Ademais, levando em consideração a pessoa autista no quadro de vulnerabilidade, faz-se necessário interligar a problemática às questões mundiais ao fazer referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo elaboração na Agenda 2030, no ano de 2015. Logo, nada obsta considerar tal vulnerabilidade uma questão a ser tratada dentro dos referidos objetivos, seja de maneira direta ou indireta, vez que se trata de transtorno com crescente incidência a níveis mundiais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C; MONTEIRO, V. **Educação Ambiental Inclusiva: O Desafio da Formação do Docente.** Congresso Internacional de Educação e Inclusão. REALIZE, 2014. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_13_11_2014_17_15_20_idinscrito_3994_419f4948ebc9f0c105696d9e826f975f.pdf> Acesso em: 05 ago 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED LTDA, 2014. Transtorno do Espectro Autista, p. 50-59.

BENDER, D. D; GUARANY, N. R. ***Efeito da equoterapia no desempenho funcional de crianças e adolescentes com autismo***. Revista de Terapia Ocupacional da USP, Brasil, v. 27, n. 3, p. 271-277, dez. 2016. ISSN: 2238-6149. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/114667>>. Acesso em: 24 ago 2017.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº 9.394/96**. Brasília: CEDF, 2014

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Palácio do Planalto. Presidência da República. **Lei nº 9.795/99 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em: 05 ago 2017.

BRASIL. Palácio do Planalto. Presidência da República. **Lei nº 12.764/12 que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 05 ago 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.146p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EQUOTERAPIA, 1, 1999, Brasília. Anais... Brasília: Ande Brasil, 1999.

FREIRE, H. B. G. **O Pônei como Recurso Facilitador no Trabalho de Equoterapia**, 2004. Anais... I CONGRESSO IBERO AMERICANO DE EQUOTERAPIA, III CONGRESSO BRASILEIRO DE EQUOTERAPIA. Salvador – Bahia, 2004.

MESIBOV, G.B. **Autism: Understanding the Disorder** (clinical Child Psychology Library). New York, 1997.

MORONG, F; ALVES, L. O Acordo de Paris e sua Relação com a Sociedade Vulnerável: Breves Considerações. In: COUTINHO, N. C. A e AKIRA, M.M. (Coords.). **Sociedades Vulneráveis e Proteção Ambiental**. Brasília, 2017.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL – ONU. **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Onu**, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>> Acesso em: 07 jul 2017.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL – ONU. **Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods3/>> Acesso em: 05 jul 2017.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL – ONU. **Rejeitar pessoas com autismo é um ‘desperdício de potencial humano’, destacam representantes da ONU**, 2016 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/rejeitar-pessoas-com-autismo-e-um-desperdicio-de-potencial-humano-destacam-representantes-da-onu/>> Acesso em: 05 ago 2017

NAÇÕES UNIDAS BRASIL – ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/rejeitar-pessoas-com-autismo-e-um-desperdicio-de-potencial-humano-destacam-representantes-da-onu/>> Acesso em: 05 jul 2017.

NAVARRO, P. R. **Fonoaudiologia no contexto da Equoterapia: um estudo Neurolinguístico de crianças com Transtorno do Espectro Autista**. 2016. 145 f. Tese (Doutorado em Fonoaudiologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

RUTTER, M. Diagnosis and definition. (In:) RUTTER, M; SCHOPLER, E. (Orgs). **Autism: a reappraisal of concepts and treatment**. New York: Plenum Press, 1979.

VARELLA, D. Doenças e Sintomas. **TEA - Transtorno do Espectro Autista**. Jan. 2014. Disponível em <<https://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/tea-transtorno-do-espectro-autista-ii/>> Acesso em: 11 jul 2017.